



Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina

CNPJ 10.462.524/0001-58
Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em Reais)				Demonstrações Financeiras			
Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa		1.179.787	352.436	Projetos a executar	8	10.753.118	11.116.197
Recursos vinculados a projetos	4	10.010.942	11.742.527	Projetos a apropriar	8	4.021.763	4.021.763
Adiantamento de projetos	5	4.021.763	4.021.763	Salários, férias e encargos sociais	9	1.083.559	1.643.863
Adiantamentos diversos	6	1.084.763	1.055.376	Outras contas a pagar		34.508	27.099
Total do ativo circulante		16.297.255	17.172.102	Total do passivo circulante		15.892.948	16.808.922
Imobilizado	7	7.817.434	6.323.975	Receita diferida	10	7.856.094	6.382.071
Intangível		38.660	58.096	Provisão para contingências	11	404.307	363.180
Total do ativo não circulante		7.856.094	6.382.071	Total do passivo não circulante		8.260.401	6.745.251
Total do ativo		24.153.349	23.554.173	Patrimônio líquido	13	-	-
Demon. das mut.do patrim. liq. Exerc. findos em 31/12/12 e 2011 (Em R\$)				Total do passivo			
Patrimônio líquido				Demon. dos result. abrang. Exerc. findos em 31/12/2 e 2011 (Em R\$)			
Saldos em 1 de janeiro de 2011				2012			
Resultado do exercício				2011			
Saldos em 31 de dezembro de 2011				Resultado do exercício			
Resultado do exercício				Resultado abrangente total			
Saldos em 31 de dezembro de 2012							

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em Reais)

1. Contexto operacional: • A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, de caráter educacional, cultural e de assistência social, que tem por finalidade a educação, a cultura e a assistência social como instrumento de promoção, defesa e de proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regidas pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável. Atualmente a Associação possui 2 projetos em andamento: • O Projeto GURI é uma iniciativa da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Trata-se de um Projeto Cultural na área de música. Surgiu na década de 90 e desde então é reconhecido como um dos Programas mais bem sucedidos na área sócio cultural. O Projeto Guri resalta valores implícitos no ensino musical, dentre eles a concentração, a disciplina, o trabalho em grupo e a apuração da sensibilidade. Sempre com o espírito de participação e compromisso, os profissionais envolvidos com o projeto criam condições para o desenvolvimento das potencialidades, desses jovens, contribuindo dessa forma, para a transformação da sociedade. A Associação de Cultura, assumiu com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, um Contrato de Gestão que se iniciou com oito pólos de ensino musical, e hoje coordena 46 pólos distribuídos na Grande São Paulo. O Contrato de Gestão foi assumido em dezembro de 2008 e possui uma vigência de 4 anos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8 (a). • Com o sucesso da Gestão do Guri Santa Marcelina, em 2008 a parceria se estendeu à Escola de Música Tom Jobim, que passou sua gestão para a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina e, a partir de então seu nome passou a ser EMESP Tom Jobim (Escola de Música do Estado de São Paulo). A EMESP Tom Jobim tem por meta iniciar, formar e aperfeiçoar crianças, jovens e adultos, na área da música erudita e popular, conforme faixas etárias, nível de conhecimento e envolvimento musical e interesses de aprendizagem. Os critérios para classificar os alunos nos respectivos níveis, são baseados no conteúdo programático de cada curso. Os cursos oferecidos pela Escola são de pré- formação, formação continuada (1º, 2º e 3º ciclos), formação avançada (4º ciclo) e cursos modulares. A Escola possui ainda na sua programação, atividades extracurriculares, as quais visam o intercâmbio entre os professores e artistas de outros municípios, estados e países, oferecendo cursos de férias, master classes e workshops, palestras, seminários, congressos e simpósios. O Contrato de Gestão foi assumido em 2008 com vigência também para 4 anos, conforme Nota Explicativa nº 8 (b). Após a Associação de Cultura Educação e Assistência Social Santa Marcelina ter participado da convocação pública através da Resolução SC nº 93 de 17 de outubro de 2012 – para gerenciar o Projeto Guri e da convocação pública através da Resolução SC nº 94 de 22 de outubro de 2012 – para gerenciar o Projeto Tom Jobim, cujo resultado foi publicamente conhecido através do Diário Oficial Poder Executivo – Seção I de 19 de outubro de 2012 onde foi declarada a Associação de Cultura Educação e Assistência Social a organização que será a gestora dos projetos Guri e EMESP por mais quatro anos a mais, a ser contado a partir de janeiro de 2013. **2. Base de preparação:** a. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A presente demonstração financeira incluída não contém dados contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis não foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 15 de fevereiro de 2013. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 7 - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado. • Nota explicativa nº 11 - Provisão para contingências. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação. **a. Instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros não derivativos:** A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Recebíveis:** Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos. **Recursos vinculados a projetos:** Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados. **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação

atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2012 e 2011. **b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e entregados dos Contratos de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e Lei Rouanet, vinculadas ao Ministério da Cultura, são registrados da seguinte forma, em conformidade com a CPC07 (R1): • Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante. • Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício. • Aquisição de bens: Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante. • Rendimentos de aplicações financeiras: Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante. • Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão e projetos incentivados são nulos pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos. A Associação não possui nenhuma outra fonte de recursos e despesas que não estejam amparados pelo contrato de gestão ou por projetos de lei de incentivo. **c. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário. **Depreciação:** A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Instrumentos musicais	10%
Computadores e periféricos	20%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Telefones	10%
Ferramentas	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. **e. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável. **f. Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g. Receita diferida (recursos aplicados em ativos permanentes):** Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado em atendimento a CPC 07 (R1). **4. Recursos vinculados a projetos:**

	2012	2011
Aplicações financeiras	10.010.942	11.742.527
Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão e projetos incentivados. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). 5. Adiantamento de projetos:		
	2012	2011
	4.021.763	4.021.763

Conforme comentado na nota explicativa 1, a Associação possui dois contratos de gestão com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (Contrato de Gestão - Projeto Guri (34/2008) e Contrato de Gestão - Projeto EMESP Tom Jobim (31/2008)). Durante o exercício de 2010, a Associação consumiu mais recursos do que os disponibilizados pela Secretaria de Cultura. Os gastos adicionais, ocorreram por conta de melhorias no projetos do Tom Jobim descritas abaixo, e, principalmente, por custos adicionais no 41º Festival de Inverno de Campos do Jordão. Note-se que a execução física dos mencionados projetos já foi finalizada. Os recursos adicionais utilizados no Contrato de Gestão 31/2008 no montante de R\$ 4.021.763, suportados por recursos do Contrato de Gestão 34/2008, estão sendo apresentados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos, no ativo circulante em contrapartida a conta de projetos a executar no passivo circulante, pois a Associação não espera nenhuma perda na realização de tais valores, motivo pelo qual nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2012, em função das negociações mantidas junto a Secretaria de Cultura de modo a receber e/ou compensar esse montante entre os contratos. Abaixo descrevemos um breve resumo dos fatos: Antes de abordar a questão das transferências de recursos entre os contratos de gestão, necessário se faz apresentar um histórico das circunstâncias que nortearam a celebração do contrato de gestão nº 31/2008, cujo objeto é o fomento e a operacionalização da gestão pela Associação, das atividades e serviços na área de Formação e Difusão Cultural, desenvolvidos pela Tom Jobim Escola de Música do Estado de São Paulo. Com a celebração do contrato de gestão nº 31/2008, o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado de São Paulo, confiou a Associação a missão de dar à EMESP maior efetividade às áreas de formação e difusão musicais, além da realização de projetos especiais. Para o exercício de 2009, de modo geral foram mantidas as ações até então realizadas por tal Projeto Especial, executados por outro parceiro estatal, com poucos incrementos feitos pela Associação, tendo em vista o curto espaço de tempo para tal projeto, porém, o contrato de gestão já anunciava que para o exercício de 2010 a Associação deveria oferecer um novo formato pedagógico e artístico. Designada a tal missão a Associação juntamente com a Secretaria Estadual da Cultura, repensou a 41ª Edição

Demon. de resultados Exerc. findos em 31/12/2012 e 2011 (Em Reais)			
Receitas operacionais	Nota	2012	2011
Recursos dos Contratos de Gestão	14	45.300.471	36.671.709
Projetos Especiais	15	5.390.665	6.223.732
	8	50.691.136	42.895.441
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	16	(50.691.136)	(42.831.476)
Despesas financeiras		-	(63.965)
		(50.691.136)	(42.895.441)
Resultado do exercício			
		-	-
Demon. dos fluxos de Cx. - Método indireto Exerc. findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em Reais)			
Fluxos de caixa das atividades operacionais		2012	2011
Resultado do exercício			
Ajustes por:			
Depreciação e amortização		1.052.541	991.916
Provisão para contingências		41.127	(29.069)
Valor residual dos ativos permanentes baixados		-	1.988
Varição nos ativos e passivos (Aumento) / redução nos ativos em			
Recursos vinculados a projetos		1.731.585	(6.321.664)
Adiantamentos diversos		(29.387)	(1.041.359)
Aumento / (redução) nos passivos em			
Projetos a executar		(363.079)	8.350.214
Salários, férias e encargos sociais		(560.304)	(284.281)
Outras contas a pagar		7.409	(425.692)
Caixa liq proveniente das ativ. operacionais		1.879.892	1.242.053
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado		(2.526.564)	(399.802)
Fluxo de caixa aplicado nas ativ. de invest.		(2.526.564)	(399.802)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Recursos aplicados em ativos permanentes		1.474.023	(594.102)
Caixa prov. das (aplicado nas) ativ. de financ.		1.474.023	(594.102)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		827.351	248.149
Demon. do aumento do caixa e equiv. de caixa			
No fim do exercício		1.179.787	352.436
No início do exercício		352.436	104.287
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		827.351	248.149

do Festival, realizada em 2010. Com a qualidade artística sem precedentes, nessa 41ª edição, realizada em 2010, o número de concertos foi ampliado, de uma média de 45 para mais de 80, dos quais onze aconteceram na cidade de São Paulo, com isso, o festival ganhou uma semana a mais de duração, com destaques de nível internacional, que contribuíram com a difusão artística e ministério de aulas para os estudantes, aumentando-se os custos para realização deste projeto, e da qual culminou em utilização de recursos disponíveis relacionados a outro projeto para realização e conclusão do mesmo, restando um valor do projeto a ser subvencionado. Os gastos do valor em questão pode ser resumido em:

Contrato de gestão	R\$ 2.396.867
Aquisição de pianos	R\$ 1.056.361
Manutenção das estruturas do Auditorio Cláudio Santoto	R\$538.760
Outros	R\$29.775
Total	R\$4.021.763

Após a ocorrência dos fatos já em 2010 a Associação iniciou as negociações com a Secretaria de Cultura. Em 26 de outubro de 2011 a Associação da Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina apresentou um demonstrativo com as respectivas justificativas e cópias dos extratos de movimentação de entradas e saídas nas contas, ocorridas no exercício de 2010, bem como os motivos que levaram a Associação a proceder às transferências de recurso entre os Contratos de Gestão nº 31/08 e 34/08 ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para detalhar e demonstrar que as transações mencionadas acima foram realizadas de forma em que não houve qualquer uso indevido da verba recebida. A Associação espera que as justificativas ora apresentadas para o conhecimento do Tribunal de Contas, sejam suficientes para demonstrar que na condição de Instituição fomentada pelo Governo do Estado de São Paulo, a Associação agiu em interesse público e com o propósito de dar efetividade às ações de gestão que constituem o contrato de gestão nº 31/2008, de forma que espera poder restabelecer os saldos dos contratos de gestão, tão logo receber do Governo Estadual o valor de R\$ 4.021.763. Alternativamente a Associação sugeriu a análise da possibilidade de realização para efeitos de compensação contábil correspondente à importância mencionada. Em 1º de março de 2012 a Associação recebeu uma notificação (nº88/2012) da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo da qual foi levantado como "Achado número 11" a constatação, de que "não houve em 2011 a devida devolução e/ou compensação do montante de R\$ 4.021.763 repassada para custear o Contrato de Gestão 31/08 apresentada pela Associação na rubrica de adiantamento a projetos" porém nesta notificação não houve a manifestação da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo sobre o desfecho do assunto nem qualquer ponto desfavorável a esse assunto. Além disso, ao Tribunal de Contas do Estado foi apresentado um minucioso relatório das ações realizadas, com a respectiva comprovação documental das despesas, não tendo referido Órgão, em parecer elaborado pela Auditoria Fiscal, deferido qualquer crítica no tocante à conduta da Associação, pelo contrário, apontou a necessidade de ser providenciado o respectivo Termo Aditivo. A fim de contribuir para uma solução legal para o impasse que se formou após a mudança do Sr. Secretário de Cultura, a Associação solicitou em parecer ao Prof. Dr. Floriano de Azevedo Marques Neto, advogado, Doutor e Livre-Docente em Direito Público pela Universidade de São Paulo, Professor Associado de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da USP, que aponta pela possibilidade de alterar o contrato de gestão nº 31/2008, através de Termo Aditivo, a fim de serem inseridas as ações concretamente realizadas em 2010, bem como a compensação contábil da receita excedente do contrato de gestão nº 34/2008 ao contrato nº 31/2008, providências que a Associação espera sejam adotadas, o quanto antes, pela SEC. **6. Adiantamento diversos:**

	2012	2011
Adiantamento de férias	884.245	917.420
Outros	200.518	137.956
	1.084.763	1.055.376

Movimentação de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011			
Movimentação do custo			
	31/12/2010		2011
	Custo	Aquisições	Custo
Instrumentos musicais	5.915.472	248.663	6.174.135
Computadores e periféricos	848.994	21.412	870.406
Móveis e utensílios	659.464	91.708	751.172
Veículos	386.160	-	386.160
Máquinas e equipamentos	543.641	24.472	568.113
Telefones	23.500	3.547	27.047
Ferramentas	1.991	-	1.991
	8.379.222	399.802	8.779.024
Movimentação da depreciação			
	31/12/2010		2011
	Depreciação	Adições	Depreciação
Instrumentos musicais	(835.790)	(600.730)	(1.436.520)
Computadores e periféricos	(315.038)	(169.808)	(484.846)
Móveis e utensílios	(112.480)	(66.869)	(179.349)
Veículos	(160.255)	(77.232)	(237.487)
Máquinas e equipamentos	(52.820)	(55.070)	(107.890)
Telefones	(5.902)	(2.575)	(8.477)
Ferramentas	(283)	(197)	(480)
	(1.482.568)	(972.481)	(2.455.049)
Saldo residual	6.896.654	(572.679)	6.323.975

Movimentação de 31 de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2012			
Movimentação do custo			
	31/12/2011		2012
	Custo	Aquisições	Custo
Instrumentos musicais	6.174.135	2.280.098	8.454.233
Instalações	-	35.258	35.258
Computadores e periféricos	870.406	23.365	893.771
Móveis e utensílios	751.172	40.323	791.495
Veículos	386.160	-	386.160
Máquinas e equipamentos	568.113	145.355	713.468
Telefones	27.047	437	27.484
Ferramentas	1.991	1728	3.719
	8.779.024	2.526.564	11.305.588

Continua...

Continuação...			
Movimentação da depreciação:			
	31/12/2011	2012	
	Depreciação	Adições	Depreciação
Instrumentos musicais	(1.436.520)	(632.614)	(2.069.134)
Instalações	-	(3.100)	(3.100)
Computadores e periféricos	(484.846)	(176.986)	(661.832)
Móveis e utensílios	(179.349)	(77.327)	(256.676)
Veículos	(237.487)	(77.232)	(314.719)
Máquinas e equipamentos	(107.890)	(62.861)	(170.751)
Telefones	(8.477)	(2.722)	(11.199)
Ferramentas	(480)	(263)	(743)
Saldo residual	6.323.975	1.493.459	7.817.434

Em 2009, a Associação recebeu doações de bens no montante de R\$ 4.376.107 da Associação nomeada "Guri Santa Marcelina Organização Social e de Cultura", antiga organização social responsável pelos projetos Guri, encerrada em março de 2009. Ficando partir desta data os bens imobilizados em posse da nova Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. A Associação protocolou a relação de bens recebidos

	Saldo		Rendimentos	Consumo	Dotação especial	Devolução de verba	Valor Residual
	31/12/2011	valores recebidos					
Contrato de Gestão - Projeto Guri (34/2008) (a)	10.405.615	25.000.000	817.551	(25.350.640)	(1.350.754)	-	9.521.772
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (31/2009) (b)	4.465.323	18.840.000	502.655	(18.897.290)	(883.306)	-	4.027.382
Plano Anual Emesp 2012 - PRONAC 111.1058 (c)	-	2.900.000	137.316	(2.275.359)	-	-	761.957
Concertos Itinerantes 2012 - PRONAC 119.736 (d)	-	750.175	18.984	(760.137)	-	-	9.022
Guri GSM 2012 - PRONAC 119.836 (e)	-	1.377.273	52.376	(1.215.059)	-	-	214.590
II Mostra Instrumental Emesp - PRONAC 111.389	-	100.000	2.680	(86.363)	-	-	16.317
Concertos Itinerantes - PRONAC 95.205	99.026	-	10.764	-	-	(109.790)	-
Guri GSM 2011 - PRONAC 107.183	149.355	-	566	(147.343)	-	(2.578)	-
Grupo Jovem 2011 - PRONAC 106.808	12.112	-	342	(1.580)	-	(10.874)	-
Instrumentos Guri - PRONAC 87.531	6.529	600.000	30	(606.522)	-	(37)	-
Outros projetos (f)	-	814.400	247	(298.302)	(292.504)	-	223.841
Despesas com depreciação e amortização	-	-	-	(1.052.541)	-	-	-
	15.137.960	50.381.848	1.543.511	(50.691.136)	(2.526.564)	(123.279)	14.774.881
Projetos a executar	(11.116.197)	-	-	-	-	-	(10.753.118)
Projetos a apropriar	4.021.763	-	-	-	-	-	4.021.763

Valores recebidos - Referem-se aos montantes financeiros efetivamente recebidos no exercício. **Rendimentos financeiros** - Referem-se a rendimentos das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecido no ativo em contrapartida aos projetos a executar no passivo (vide nota explicativa 3.b - práticas contábeis). **Consumo** - Referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social. Os consumos de projetos a incorrer dão origem as receitas e despesas da Entidade. **Dotação especial** - Referem-se aos recursos que foram empregados na aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado. Por força dos contratos de gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados ou até mesmo o cancelamento do contrato de gestão. A Administração da Associação entende que em 2012 todas as metas foram cumpridas adequadamente e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura. Até o momento não houve qualquer manifestação contrária por parte desta Secretaria. **a. Contrato de Gestão - Projeto Guri (34/2008):** O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, tendo por objetivo a formação de vínculo de cooperação, com vista à execução de programas de trabalho destinados a fomentar as atividades que dizem respeito ao objetivo de ensino de música e assistência social, celebraram o Contrato de Gestão nº 034/2008 em dezembro de 2008. O Programa de Trabalho, Contrato de Gestão 034/2008, aprovado pelo Governo do Estado, firmado com a Associação de Cultura, Educação, Assistência Social Santa Marcelina, possui como previsão o repasse de R\$ 87.663.655 ao longo de 4 anos, para o período de 2009 a 2012, pela Secretaria de Estado da Cultura, a serem empregados na realização do Projeto, sendo R\$ 25.000.000 em 2012 (R\$ 24.283.143 em 2011). De acordo com o Contrato de Gestão os recursos financeiros repassados à Associação deverão ser por esta aplicados no mercado financeiro, e os resultados das aplicações revertam-se, exclusivamente, ao cumprimento dos objetivos do contrato. Em 2012 o Projeto Guri teve o total de 46 polos em funcionamento até 31 de dezembro de 2012 e ofereceu entre 10.000 e 15.000 vagas, sendo preenchidas 15.108 vagas no segundo semestre de 2012. (Informações não auditadas). **b. Contrato de Gestão - Projeto EMESP (31/2008):** Em dezembro de 2008 foi assinado o Contrato de Gestão 31/2008 entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura e Associação de Cultura, Educação Assistência Social Santa Marcelina, CNPJ 10.462.524/0001-58, com o objetivo de gerenciar o Projeto Tom Jobim Escola de Música do Estado de São Paulo. O Programa de Trabalho, Contrato de Gestão 31/2009, aprovado pelo Governo do Estado, firmado com a Associação de Cultura, Educação, Assistência Social Santa Marcelina, teve o repasse de R\$ 18.840.000 para o ano de 2012 (R\$ 18.865.000 em 2011), pela Secretaria de Estado da Cultura, a serem empregados na realização do Projeto. Em setembro de 2010 por meio do terceiro termo de aditamento do Contrato de Gestão 031/2008, foram alteradas determinadas cláusulas contratuais, entre elas a previsão de repasse que passou para R\$ 78.678.247 para o período de 4 de dezembro de 2008 a 31 de dezembro de 2012. Durante o exercício de 2010, a Associação consumiu mais recursos do que os disponibilizados pela Secretaria de Cultura. Os gastos adicionais, apresentados no ativo circulante na rubrica de adiantamento de projetos no montante de R\$ 4.021.763 em 31 de dezembro de 2010. Veja detalhes adicionais na nota explicativa 5. Na Escola de Música do Estado de São Paulo Tom Jobim matricularam-se 1.724 alunos, com um número de 2.313 atendimentos nos Cursos de Formação e Livres, e foram oferecidas 214 vagas para bolsistas em 2012. Os Corpos Musicais tiveram atuação importante: a Banda Sinfônica Jovem do Estado de São Paulo realizou 14 concertos, atingindo um público de 7.709 pessoas; a Orquestra Sinfônica Jovem realizou 19 concertos, atingindo um público de 12.724 pessoas; o Coral Jovem do Estado de São Paulo realizou 12 concertos, atingindo um público de 2.572 pessoas; a Orquestra Jovem Tom Jobim alcançou em seus 13 concertos um público de 7.465 pessoas. (Informações não auditadas). **c. Plano Anual EMESP 2012 - PRONAC 111.1058:** Realização de atividades artístico-pedagógicas complementares às do CG: 1. Mostra Instrumental EMESP – Foram realizadas 12 apresentações, com público de 3.012 pessoas. 2. Temporada de Concertos da Camerata Aberta – Foram realizados 6 concertos, com público de 1.090 pessoas. 3. 2 montagens de Pocket Óperas, com apresentações de 5 récitas cada – Foram realizadas 9 apresentações, com público de 1.875 pessoas. 4. 1 Encontro de música erudita: com master classes, palestras, debates e concertos – Foram realizadas 21 master classes, com público de 395 pessoas e 4 concertos com público de 1.530 pessoas. 5. 1 Encontro de música popular: com workshops, debates, palestras e shows – Foram realizados 11 workshops, com público de 171 pessoas. 6. Complementação de Concertos dos quatro Grupos Jovens da EMESP; 7. Master classes e Workshops – Foram realizados 65 Master Classes e Workshops, com público de 1.907 pessoas. 8. Lançamento e Apresentações de 13 Grupos Artísticos da EMESP, formados exclusivamente por alunos – Foram realizadas 33 apresentações, com público de 6.797 pessoas e 227 alunos envolvidos. (Informações não auditadas). • Aprovado: R\$ 2.951.018,00 • Captado: R\$ 2.900.000,00; - BAML R\$ 100.000,00; - CETEP R\$ 300.000,00; - Banco Safra R\$ 2.500.000,00; **d. Concertos Itinerantes 2012 - PRONAC 119.736. Série Horizontes Musicais 2012:** O Projeto tem como objetivo principal ampliar o universo de referências musicais das crianças e adolescentes de 06 a 18 anos atendidos pelo programa Guri Santa Marcelina (GSM), por meio de um circuito de concertos com músicos e grupos de excelência artística. Alcançamos um público de 11.104 pessoas em 50 apresentações gratuitas, sendo que 40 delas aconteceram nos polos de ensino do Guri, todos localizados em regiões periféricas com alto índice

de vulnerabilidade da cidade de São Paulo e Grande São Paulo. (Informações não auditadas). • Aprovado: R\$ 1.118.000,00 • Captado: R\$ 700.175,00 BAML R\$ 500.000,00; - CETIP R\$ 250.000,00; - Pessoa Física – Eduardo Germano da Silva R\$ 175,00. **e. Guri GSM 2012 - PRONAC 119.836:** O projeto dos Grupos Musicais do Programa Guri Santa Marcelina apresenta 07 grupos de prática musical coletiva: os Grupos Juvenis: Orquestra Sinfônica Juvenil GSM, Banda Sinfônica Juvenil GSM, Coral Juvenil GSM, Camerata de Violões Juvenil GSM e Orquestra de Cordas Juvenil GSM e os Grupos Infantis: Banda Infantil GSM, Coral Infantil GSM. Ao todo 296 alunos participaram ativamente do projeto, e realizaram 43 apresentações gratuitas em 2012. • Aprovado: R\$ 1.477.273,00; • Captado: R\$ 1.377.273,00; - Banco Safra R\$ 877.273,00; - CETEP R\$ 500.000,00. **f. Outros projetos:** Dentro de outros projetos, destaca-se 3 projetos relacionados a recursos provenientes do FUNCAD, a saber: **Formação para o Protagonismo Infante Juvenil - 11/2012/SMPP** – cujo repasse no exercício foi de R\$ 108.200; **Guri pra vaLER - 09/2012/SMPP** – cuja repasse no exercício foi de R\$ 119.780,00 **Trabalhando a Deficiência - 09/2012/SMPP** – cuja repasse no exercício foi de R\$ 135.400,00. **9. Salários, férias e encargos sociais a pagar:**

	2012	2011
Provisão de férias e encargos sociais	1.071.385	607.184
INSS a recolher	-	590.133
FGTS a recolher	-	189.974
IRRF sobre salários	-	205.257
Empréstimos a funcionários	-	34.808
Outros	12.174	16.507
	1.083.559	1.643.863

Os encargos sob folha em 2012 foram provisionados e liquidados durante o mês de dezembro de 2012. **10. Recursos aplicados em ativos permanentes:**

	2012	2011
Saldo em 1º de janeiro de 2011	6.976.173	-
Adição de imobilizado	399.802	-
Custo residual baixado de imobilizado e intangível	(1.988)	-
Depreciação e amortização do imobilizado	(972.481)	-
Amortização do intangível	(19.435)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	6.382.071	-
Adição de imobilizado (nota explicativa 8)	2.526.564	-
Depreciação do imobilizado (nota explicativa 7)	(1.033.105)	-
Amortização do intangível	(19.436)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	7.856.094	6.382.071

Conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), os recursos que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados e intangíveis são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado e diferido em atendimento a CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 7 (ativo imobilizado).

Saldo em 1º de janeiro de 2011

	2012	2011
Contingências trabalhistas	404.307	363.180

Trabalhistas

	Saldo inicial	Adição	Utilização	Saldo final
Trabalhistas	363.180	41.127	-	404.307

Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 30.733.700 em 2012 (R\$ 30.200.880 em 2011) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Dentro os processos no montante de R\$ 30.733.700 destaca-se o seguinte processo no montante de R\$ 30.200.880: • O processo nº 02356-2009-028-02-00-9 iniciou-se em 22 de outubro de 2009 e tem como autor o Ministério Público do Trabalho. A presente ação foi movida pelo Ministério Público do Trabalho em razão de supostas irregularidades junto à Secretaria Estadual da Cultura. O objeto desta ação questiona se a forma de contratação dos executores (mão-de-obra direta) dos projetos foi realizada dentro dos aspectos legais específicos para projetos subvencionados pelo Estado e o autor do processo questiona os seguintes aspectos: **a.** o Estado terceirizou todas as suas atividades culturais e a gestão de todos os entes da cultura, mediante a assinatura de Convênios e Contratos de Gestão, sendo que esta "manobra jurídica" seria ilegal e inconstitucional pois o Estado não poderia transferir a gestão, a gerência e a execução de serviços públicos de cultura do Estado para a iniciativa privada, **b.** a Secretaria Estadual da Cultura teria transferido todas as

e Projeto EMESP). **Demonstrações de resultados**

	GURI		EMESP		Total dos projetos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Recursos dos contratos de gestão	25.663.821	20.830.131	19.636.650	15.841.578	45.300.471	36.671.709
Projetos especiais	3.028.943	6.223.732	2.361.722	-	5.390.665	6.223.732
Receitas operacionais	28.692.764	27.053.863	21.998.372	15.841.578	50.691.136	42.895.441
Despesas operacionais	(28.692.764)	(27.053.863)	(21.998.372)	(15.841.578)	(50.691.136)	(42.895.441)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
19. Cobertura de seguros: A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e risco diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em						

consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Rosane Ghedin - Diretora Presidente

Luis Roberto Teles - CRC/SP182786/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina São Paulo - SP Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determi-

nas atividades para Organizações Sociais, sem licitação e sem controle da verba pública, as quais tratam com bem entendem; **c.** os trabalhadores contratados pelas organizações sociais seriam, pela primazia da realidade, subordinados à Administração Pública Estadual e que isso fere a regra constitucional da exigência do concurso público; **d.** a participação de entidades privadas na gestão da coisa pública deve ser de forma complementar, o que não teria sido respeitado pela Secretaria de Estado da Cultura no caso dos autos; **e.** há substituição do Estado pela iniciativa privada; **f.** o papel das associações contratadas pela Secretaria de Estado de São Paulo é de mera contratação de empregados por interposta pessoa, fora das exceções legais, além da compra de bens sem licitação; **g.** a ausência de respeito da regra constitucional do concurso público perpetrada pelas rés implica em ofensa ao direito difuso dos que teriam interesse em participar do mesmo, caso fosse realizado; **h.** tais práticas permitem o favorecimento de correligionários políticos e promovem a precarização das relações de trabalho, posto que ausentes o profissionalismo e capacitação para atender aos anseios da sociedade e servir aos cidadãos. Diante destes fatos mencionados vale considerar que a Associação encontra-se no pólo passivo da presente demanda exclusivamente em razão de ter celebrado Contrato de Gestão com a Secretaria Estadual da Cultura, e diante disso está respondendo a esse processo por disponibilizar fornecer, complementar ou intermediar mão-de-obra de trabalhadores para qualquer ente público ou privado, diretamente ou por meio de cooperativas de trabalho, em especial para Secretaria Estadual da Cultura e por contratar mão-de-obra através de cooperativas de trabalho, para quaisquer atividades, seja de fim ou de meio, considerando que as cooperativas de trabalho não se prestam à intermediação de mão-de-obra mas à prestação e contratação de serviços para seus associados. Considerando que esta ação judicial ainda encontra-se em fase inicial, pois não foram notificadas devidamente todas as partes envolvidas, os assessores jurídicos contratados pela Associação mantêm a opinião como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **12. Partes relacionadas:** A Associação não possui partes relacionadas e os dirigentes da Associação não são remunerados. **13. Patrimônio líquido:** O patrimônio social da Associação poderá ser formado pelas doações recebidas, pelas dotações especiais e pelos superávits e/ou déficits acumulados, repassados a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. Em função de a Associação ter suas operações suportadas exclusivamente por contratos de Gestão firmados com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura e a Associação e projetos de leis de incentivo a cultura (Lei Rouanet), firmados junto ao Ministério da Cultura, os resultados apresentados desde a sua constituição tem sido nulos, motivo pelo qual a Associação não apresenta patrimônio social constituído. De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma entidade beneficente congênera ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, se a lei exigir e de preferência constituída pelas "religiosas Profetas, irmãs Marcelinas", conforme fixado pela Assembléia Geral. **14. Recursos de contrato de gestão:**

	2012	2011
Projeto Guri (34/2008) (Nota Explicativa nº 8 a)	25.350.640	20.534.989
Projeto EMESP (31/2008) (Nota Explicativa nº 8 b)	18.897.290	15.144.804
Outras receitas	1.052.541	991.916
	45.300.471	36.671.709

15. Projetos especiais:

	2012	2011
Plano Anual Emesp 2012 - PRONAC 111.1058 (Nota Explicativa nº 8 c)	2.275.359	-
Concertos Itinerantes 2012 - PRONAC 119.736 (Nota Explicativa nº 8 d)	760.137	-
Guri GSM 2012 - PRONAC 119.836 (Nota Explicativa nº 8 e)	1.215.059	-
II Mostra Instrumental Emesp - PRONAC 111.389	86.363	-
Festival 2011 - PRONAC - 108.365	-	4.981.239
Concertos Itinerantes - PRONAC 95.205	-	427.979
Guri GSM 2011 - PRONAC 107.183	147.343	254.581
Grupo Jovem 2011 - PRONAC 106.808	1.580	190.657
Lei Rouanet - PRONAC 87.531	606.522	147.066
Guri GSM 2010 - PRONAC - 96.038	-	132.072
Grupo Jovem - Infante Juvenil 2010	-	90.138
Outros projetos	298.302	-
	5.390.665	6.223.732

16. Despesas administrativas e gerais:

	2012	2011
Salários e encargos sociais	35.395.211	30.824.591
Serviços de terceiros	7.712.028	3.718.078
Ocupação	2.554.365	2.556.216
Viagens e estadias	1.077.451	1.209.694
Alimentação	590.587	601.887
Depreciação e amortização	1.052.541	991.916
Outras despesas	2.308.953	3.029.094
	50.691.136	42.831.476

17. Instrumentos financeiros: Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Associação não realizou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2012, a Associação está sujeita a risco de liquidez e de crédito. Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. Pelo fato da Associação ter suas despesas suportadas em contrato de gestão, todas as obrigações da Associação estão associadas a recursos financeiros já recebidos e com restrição de uso. Todas as dívidas da Associação, exceto as provisões para contingências são exigíveis em curto prazo e o capital de giro está representado da seguinte forma:

	2012	2011
Ativo circulante	16.297.255	17.172.102
Passivo circulante	15.892.948	16.808.922
Capital de giro	1.024	1.024

Risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. **18. Informações por projetos:** As informações por projetos estão sendo apresentadas segregando os resultados da Associação, bem como seus ativos e passivos entre os projetos em andamento, os quais estão descritos na nota explicativa 1 (Projeto Guri

Continuação...

— Continuação...

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfases:** Conforme mencionado na nota explicativa 11, a Associação é ré em processos com risco de perda possível, avaliados pelos assessores jurídicos da Associação, no montante de R\$ 30.200.880, em 31 de dezembro de 2012, sendo que o principal processo diz respeito a reparação de danos difusos e coletivos dos trabalhadores, ocorrido em razão de terem os réus (Fazenda Pública do Estado, Associação Tom Jobim, Associação Santa Marcelina e o ex-secretário de Cultura) supostamente agido de forma a frustrar o cumpri-

mento da constituição federal, especialmente no que diz respeito ao acesso ao serviço público através de concurso. Conforme mencionado na nota explicativa 7, a Associação recebeu no exercício de 2009 a título de doação determinados bens tangíveis e intangíveis, registrados no ativo imobilizado e intangível no montante líquido de R\$ 4.376.107. Apesar de ter protocolado junto a Secretaria de Cultura de São Paulo relação dos bens recebidos, a Associação não obteve até o momento documento formal emitido por esse órgão formalizando as doações. Conforme mencionado na nota explicativa 5 e 8, a Associação utilizou recursos recebidos em referência ao Contrato de Gestão 034/2008, aprovado pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura. Parte destes recursos foram utilizados para custear o Contrato de Gestão 031/2008, também aprovado pelo Governo do Estado e por intermédio da Secretaria da Cultura, sendo a execução física dos

mencionados projetos já finalizadas. Os recursos adicionais utilizados no Contrato de Gestão 31/2008 no montante de R\$ 4.021.763 estão sendo apresentados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos, no ativo circulante em contrapartida a conta de projetos a apropriar no passivo circulante pois a Associação não espera nenhuma perda na realização de tais valores, motivo pelo qual nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2012, em função das negociações mantidas junto a Secretaria de Cultura de modo a receber e/ou compensar esse montante.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0